



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2/2016

Sessão realizada em 29 de abril de 2016

ACTA N.º 2/2016

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada por Luís da Cruz Gavinhos e Maria do Carmo Nogueira

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros Catarina Gavinhos e Henrique Dias que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros Guilherme Freches e João Couto Gonçalves. Apresentaram ainda justificação de falta os membros Faltou ainda justificadamente os membros Rosa Moreira e Ana Leonor. Os Presidentes de Junta de Freguesia de Enxames e Bogas de Cima foram substituídos pelos seus representantes legais. Faltaram ainda os membros Paulo Infante, Aires Proença, Ilídio Martins e Malícia Trindade.

Relativamente ao Executivo Municipal faltou o Senhor Vereador António Quelhas.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

- Aprovação das atas nºs 1 (29-02-2016);
- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.
- Votações.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da **Informação Escrita do Presidente da Câmara**, *ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)*;
2. Apreciação e votação da **Proposta – “Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015”**, *nos termos do disposto na alínea l) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro*;
3. Apreciação e votação da **Proposta – “1ª Revisão Orçamental.”**, *nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro*;
4. Apreciação e votação da **Proposta “ Apresentação de novas taxas de juros para empréstimo de saneamento e PAEL”**, *nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro*;

5. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – Aldeia do Xisto – Janeiro de Cima”;** *nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
6. **Apreciação e votação da Proposta – Aprovação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – Aldeia do Xisto – Barroca e substituição do Anexo I do Regulamento das Aldeias do Xisto”;** *nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
7. **Apreciação e votação da Proposta de autorização prévia da empreitada ”Obras de alteração da rede de escolas do concelho do Fundão”;** *nos termos do disposto no art.º 10 da Lei nº 43/2012 de 28 de agosto;*
8. **Apreciação e votação da Proposta – “Origens Lendárias Atividades Hoteleiras, SA. - Declaração de Interesse Municipal”;** *nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 33 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
9. **Apreciação e votação da Proposta – “Sociedade Eco Glamping Gardunha, Lda. – Declaração de interesse municipal”;** *nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 33 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
10. **Apreciação e votação da Proposta – “Carlos Alberto Tavares Russo - Declaração de Interesse Municipal”;** *nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 33 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*
11. **Apreciação e votação da Proposta – “José António da Trindade Abrantes - Declaração de Interesse Municipal - cessão de posição”;** *nos termos do disposto na alínea k) do nº 2 do art.º 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*

Propostas para Apreciação /Discussão Pública:

12. **Apreciação da Proposta - “Aprovação do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género;**
13. **Apreciação da Proposta – VIVERFUNDÃO – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais para o Concelho do Fundão – E.M. – aprovação do Relatório e Contas respeitante ao ano de 2015;**
14. **Apreciação da Proposta “Declaração do artigo 15º. Da LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamento em Atraso”.**

Presidente da Mesa – Cumprimentou todos os presentes e solicitou alguma eficácia no decorrer dos trabalhos já que a ordem de trabalhos era muito extensa. De seguida recordou que na última sessão da assembleia municipal foi aprovada uma moção de

apoio à candidatura do Senhor Eng.º António Guterres a Secretário-Geral da ONU e leu a resposta de agradecimento que se junta à presente ata como Anexo 1. Colocada a votação,, a ata número 1/2016 que foi aprovada por unanimidade.

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

Conceição Martins – Após os cumprimentos a todos os presentes falou da preocupação de algumas pessoas do Castelejo, pelo facto de se estar a construir uma casa junto a um outro terreno adquirido pela junta de freguesia para a construção da casa mortuária. Acontece que no contrato promessa de compra e venda existe uma cláusula que obriga a junta de freguesia a garantir um acesso de 3 metros à referida casa e que o mesmo seria feito na extremidade do terreno. Relativamente a esse acesso o que se passa é que está para ser feito exatamente a meio do terreno onde já está instalada a casa mortuária, o que está a inquietar muita gente na freguesia. Uma vez que compete à câmara municipal fiscalizar estas obras, solicitou que providenciasse no sentido de se verificar a situação e repor a legalidade tranquilizando a população.

Marina Nascimento – Cumprimentou todos os presentes e relativamente ao orçamento participativo perguntou qual a taxa de execução do último orçamento relativo ao ano de 2015, quais os projetos que foram concluídos, quais os que estão em execução e se haver algum por iniciar.

Luís Lourenço – Após os cumprimentos afirmou que este 25 de abril deixou a sensação de ser um pouco mais alegre, um pouco mais de cravos, mais esperança, embora tenha de ter algum cuidado para não embarcar demasiado nessa esperança pois continua a ser mais aceitável que se paguem milhões para recuperar bancos do que alguns milhões para retirar portagens em zonas deprimidas. Embora a situação financeira do município seja muito difícil, devia-se dar alguma atenção ao estado de degradação em que se encontram algumas estradas do concelho, sendo necessário efetuarem-se as reparações necessárias que em alguns casos não pode passar pelo simples tapar de buracos.

Eduardo Saraiva – Deu conta que em devido tempo se apresentou à consideração do executivo municipal a realização dos “Encontros do Fundão – À Sombra do Castanheiro”, ideia que foi acolhida com simpatia. Disse também que neste momento

uma das pessoas convidadas a participar nesses encontros é o Eng.º António Guterres, aguardando-se a sua disponibilidade, para realizar esse momento tão importante. Informou ainda que existe uma comissão que está a tratar das comemorações dos 40 anos do Poder Local, apelando aos Senhores Presidentes de Junta para fornecerem cópia dos documentos que possam engrandecer a recolha que está a ser efetuada.

Jean Barroca – Depois de cumprimentar todos os presentes associou-se à intervenção do membro Luís Lourenço relativamente às portagens, dizendo que o PSD do Fundão continua com a postura que sempre teve, pelo que aguarda com expectativa uma redução importante no valor das portagens, esperando que se resolva uma das injustiças que há muito se está a fazer ao interior do País.

Luís Lourenço – Disse que voltava a intervir porque ficou curioso com a informação prestada relativamente à comissão criada para as comemorações dos 40 anos do Poder Local, perguntando se a mesma foi criada no âmbito da assembleia municipal ou se, no mínimo, a assembleia municipal está integrada de forma formal nessas celebrações.

Rogério Hilário – Cumprimentou todos e disse que sempre defendeu que a A23 nunca deveria ter tido portagens e nunca deixou de reivindicar mesmo com o seu partido no governo, recordando que esta assembleia municipal aprovou por unanimidade moções nesse sentido. Hoje está no governo o PS que em campanha eleitoral focou a abolição das portagens, pelo que espera que essa medida venha a ser uma realidade ou então que haja uma redução significativa que tenha impacto nos custos de contexto, mas nunca os 15% noticiados, já que seria uma redução ridícula. Por outro lado o concelho do Fundão, mesmo com a economia em contraciclo, está a fazer um enorme esforço na atratividade do investimento. A parceria com alguns empresários também tem sido muito importante e tem sido possível captar investimentos no âmbito do programa 2020. A conquista de muitos milhões de euros por parte de empresas empreendedoras também foi possível devido às parcerias estabelecidas com a câmara. Também a biomassa será uma realidade em breve, bem como as novas empresas TIC que em breve irão ser conhecidas, o investimento que a ALTRAN conseguiu captar no valor de 12 milhões de euros vai permitir, segundo o que foi tornado público permite criar cerca de 40 novos empregos naquela empresa e que poderão ir até 860 novos funcionários. Isto acontece porque há muito trabalho feito para que isso possa vir a ser uma realidade, o que é de

louvar. A Academia de Código já está em funcionamento, procedendo à reconversão de desempregados para programadores informáticos. De seguida chamou a atenção para uma questão que em breve será uma realidade, que é o programa de formação da Cova da Beira, a realizar nas antigas instalações da ERES e vai ser um potencial enorme para atratividade de pessoas que queiram fazer a sua reconversão profissional, nomeadamente na área dos polimentos. Aproxima-se também uma campanha agrícola mas infelizmente necessita-se de mão-de-obra que não temos na região, tendo-se criado as condições necessárias para dotar as instalações do Centro de Acolhimento Temporário, a funcionar no antigo seminário, com as condições dignas para acolher as pessoas que possam vir a trabalhar para a região. A conclusão a 2ª fase de adaptação do pavilhão multiusos aumentou a capacidade para mais 500 engenheiros informáticos o que irá facilitar a vida às empresas da área ali instaladas, nomeadamente a ALTRAN. O *“Ignate Your Future”* foi um vento tecnológico que juntou no Fundão dezenas de jovens do secundário e que ali foi pôde verificar o empenho dos participantes e o impacto no concelho da sua presença. Na sua opinião trata-se de um evento a repetir com alguma periodicidade. A liderança das redes de cidades criativas é também uma realidade que nos vai trazer a curto prazo a postura do concelho face àquilo que é o panorama nacional nesta área. A liderança do consórcio Inatur/Turismo sustentável em Áreas Classificadas também é outra conquista que vai mobilizar setores de atividade no âmbito do turismo e desenvolver muitas atividades em áreas protegidas. Está assim na altura de todos perceberem que o Fundão alterou, tem novas posturas não só no nosso território mas também fora dele, pelo que a câmara merecia uma maior atenção, pela sua nova dinâmica económica.

Conceição Martins – Disse que o Eng.º António Guterres é uma figura política internacional e a sua presença aqui só pode enriquecer todos. Os que privaram com ele conhecem bem a sua capacidade de gerar consensos, pelo que fica particularmente agradada em poder participar num momento de discussão com a sua presença. Relativamente às comemorações dos 40 anos do poder local disse que também concorda que a assembleia municipal devia ter um papel mais interventivo mas mesmas, até porque vai ser realizada uma assembleia municipal jovem o que lhe agrada muito e sempre defendeu. Sobre as portagens é importante que exista uma luz ao fundo do túnel e que alguém se preocupe com a redução do valor das portagens para o interior. Aguarda e tem esperança que isso aconteça, embora na sua opinião também fosse

preferível não as pagar. Disse também que de modo informal lhe foi dado conhecimento pela diretora da ALTRAN que de futuro teriam necessidade de crescer para aquilo que é a nave central do pavilhão, pelo que, a ser verdade, manifestava desde logo a sua total discordância com tal pretensão, porque é o único espaço existente no Fundão que pode acolher eventos de maior dimensão.

Presidente da Mesa – Solicitou que a assembleia municipal se associasse ao voto de pesar pelo falecimento do antigo Presidente de Junta de Freguesia da Capinha, Sr. José Luís Robalo das Neves, o que foi aprovado por todos os membros presentes.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da **Informação Escrita do Presidente da Câmara**, *ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL)*

Guilherme Freches – Depois de cumprimentar todos os presentes deu conta que na última sessão da assembleia municipal falou da existência no documento “Informação Escrita” de uma referência à *Checoslováquia* e que a mesma se mantém neste documento, talvez alguém saudosos da existência daquele país. Há também muito texto repetido de uma sessão para a outra, o que não faz qualquer sentido já que a informação escrita do Senhor Presidente deve ser atualizada de umas sessões para as outras.

Presidente da Câmara – Após a apresentação de cumprimentos associou-se também ao voto de pesar manifestado, não só por se tratar de um ex. presidente da junta de freguesia, mas porque o Senhor José Luís Neves também foi funcionário desta autarquia durante muitos anos. Declarou ter recebido com alegria, satisfação e até algum orgulho a resposta do Senhor Eng.º António Guterres a esta assembleia municipal, o que revela um homem que está a pensar no mundo e que tem no seu coração um espaço para a sua terra. Relativamente ao licenciamento na freguesia do Castelejo, abordado pelo membro Conceição Martins, tem conhecimento da situação e relativamente á outra casa estamos a falar da recuperação a casa paroquial, questão também de interesse coletivo, vizinha de outro equipamento de interesse público, no caso a casa mortuária. Estamos assim a falar de dois equipamentos promovidos pela comissão fabriqueira ou fábrica da igreja do Castelejo em que existem alguns desentendimentos. Sobre a questão do acesso, o

processo foi analisado e decidiu-se marcar uma reunião para o próximo dia 6 de maio tendo como intervenientes a câmara municipal, junta de freguesia e fábrica da igreja, onde se vai tentar encontrar uma solução que contente todos e descanse a população. Existe também um protocolo com o executivo para se desenvolver um espaço interpretativo. Sobre os 40 anos do poder local disse que a assembleia municipal faz parte da comissão organizadora e que o programa já apresentado está aberto a boas sugestões, que se podem juntar ao que está já programado. Referiu também que está contra as portagens e na pior das hipóteses que haja uma redução significativa do seu valor. Não é uma questão menor no caso da equidade entre as regiões, verificar se nessas reduções se o princípio, que tem a ver com a riqueza regional, com o rendimento per-capita, com aquilo que são as nossas assimetrias é uma realidade. Se o resultado disto não for que a região, onde temos a A23, com um rendimento de cerca de 40 pontos abaixo doutras zonas mais favorecidas, como Lisboa e Vale do Tejo, tenha uma resposta diferente, então a devida resposta será dada e de certeza irão ocorrer divergências, porque ao reduzir custos de contexto é a competitividade que está em causa. Uma autoestrada mais cara faz com que vá divergir e se lhe reduzirem menos que outros irá continuar a divergir. Temos de estar todos muito unidos e atentos para que a redução seja justa e equitativa. Outra questão que o preocupa tem a ver com o facto de em 680 milhões de euros, apenas 3 projetos acima dos 5 milhões de euros vieram para o interior do país, mesmo que um tenha vindo para o concelho do Fundão, no caso 12,5 milhões de investimento já aprovado à empresa ALTRAN. Trata-se de um sinal revelador da problemática da baixa densidade, que se nota muito mais do ponto de vista da competitividade e da atração de empresas. Teme ainda que abaixo dos 5 milhões de euros possa não haver muitos investimentos. Disse ainda que relativamente ao orçamento participativo as propostas aprovadas estão todas executadas à exceção do skate parque que está em execução. Este outro projeto em que existe alguma dificuldade que tem a ver com a compatibilização do palácio do picadeiro, em Alpedrinha,, com aquilo que foi a proposta colocada, levando a várias reuniões com os proponentes da mesma, destinadas a encontrar soluções que ajudem a integrar o estúdio sonoro com o que já ali existe de âmbito turístico, fazendo a renovação dos seus conteúdos e indo ao encontro do princípio que esteve no orçamento participativo. Os próprios proponentes estão a desenvolver a proposta do quadro dos conteúdos que será apresentada durante o mês de maio próximo. Informou ainda que de maneira nenhuma o espaço central do pavilhão multiusos será ocupado enquanto for presidente da câmara, dando conta que se

terminou a segunda fase da obra que vai permitir uma expansão muito grande. Terminou afirmando que em breve irão ocorrer mais novidades relativamente à instalação de empresas no Fundão.

Presidente da Mesa – Relativamente às portagens, disse ser um tema que só pode suscitar convergência, já que existe um interesse vital na nossa região que deve manter uma unidade muito viva. A questão da equidade também é muito importante já que as portagens são um elemento concorrencial entre as regiões. Sobre os fundos comunitários que têm sempre na génese uma coisa que se fala hoje menos, que é a coesão inter-regional, isto é, se os fundos não melhorarem a coesão do território nacional está a falhar e por isso é imperativo que a convergência também exista. Quanto às comemorações dos 40 anos do poder local disse que a assembleia municipal foi convidada para integrar a comissão constituída e que brevemente será contatada a comissão permanente desta assembleia municipal para trocar algumas ideias sobre o tema, até porque as sugestões, tal como disse o membro Eduardo Saraiva, são muito bem-vindas e é isso que a assembleia municipal irá fazer.

2. Apreciação e votação da **Proposta** – **“Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015”**, *nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro*

Presidente da Câmara – Disse que se pretende que estes relatórios sejam cada vez mais competentes, facilitadores da leitura daquilo que são documentos muito técnicos e muito especializados. Manifestou o seu agradecimento aos técnicos da autarquia que ano após ano têm melhorado muito a apresentação do documento. Sobre o mesmo informou que a taxa de execução é de 88%, sendo a maior que alguma vez este município teve. Se por acaso tivéssemos conseguido a execução total do quadro comunitário de apoio (QREN) até final de 2015, no valor de 2,2 milhões de euros, então poderíamos alcançar uma execução muito próxima dos 100%, o que seria notável. Informou também que a nossa receita corrente aumentou na sua globalidade em 5% e que o IMT teve um ano de crescimento extraordinário, rondando os 61%. As receitas de capital também tiveram um aumento brutal, na prática reflete o investimento comunitário que se conseguiu captar, ou seja o investimento foi o fator X desta execução. As despesas correntes tiveram uma diminuição de 5% relativamente ao ano

anterior. A componente de despesas com pessoal manteve-se, significando isto na prática que se cumpriu a redução anual obrigatória. Em 4 anos atingiu-se uma redução de cerca de 100 funcionários naquilo que é a câmara municipal e as empresas municipais. Informou ainda que estamos no pico do esforço económico relativamente ao nosso plano de ajustamento, o que torna a situação muito difícil do ponto de vista financeiro. Relativamente à componente de juros trabalharam-se todas as formas de redução dos mesmos com sucesso, ocorrendo uma redução significativa dos mesmos. A conjuntura económica relativamente ao preço do dinheiro também foi mais favorável, o que também ajudou. Também houve mais 2 milhões de euros de investimento oriundos da capacidade de captar fundos comunitários. Os passivos financeiros demonstram que temos cerca de 5 milhões de euros de amortização por ano e os próximos dois anos ainda serão de pico nesta matéria. 47% dos grandes opções do plano estão registados na componente investimento e emprego, ou seja, grande parte do esforço financeiro desta câmara está conectado com o que se tem falado ultimamente, concretamente nos parques industriais, incubadoras, centros de investigação, qualificação dos recursos, o marketing assumido na promoção dos nossos produtos alimentares. Este é o cerne da atração desta câmara municipal, sendo aí que se coloca a maior parte das verbas do investimento, mas é óbvio que a componente do ambiente também assume papel muito importante. De seguida deu conhecimento da reunião realizada com o Presidente da empresa infraestruturas de Portugal, nomeadamente por causa da EN 238 e EN 18, onde foi pedido encarecidamente que as mesmas fossem colocadas como prioritárias em termos de investimento na sua reparação. Também foi solicitada uma audiência ao Senhor Ministro das Obras Públicas para o sensibilizar nesses processos. Na referida reunião também falou do nó da A23 na zona industrial e na sua expansão para a zona Este, de forma a desbloquear-se um acesso para a zona de Valverde/Carvalhal, tratando-se esta também uma questão fundamental que está a ser alvo de uma candidatura. A dívida de curto prazo teve um ligeiro aumento exatamente porque não se conseguiram receber os tais 2,2 milhões de euros relativos aos fundos comunitários. No entanto conseguiu-se reduzir a dívida a fornecedores em cerca de 10% o que é relevante para a economia local. O resultado líquido é positivo em 3,5 milhões de euros, sendo 1,3 milhões provocados pela questão que tem a ver com a empresa águas de Zêzere e Coa, já que ocorreram alterações que levaram a retirar algumas provisões. Quanto à evolução da dívida a mesma ronda os 72 milhões de euros e se retirarmos o que nos devem ficará pelos 70,5 milhões. Isto cruzado com o investimento feito trata-se de uma

gestão muito dura e difícil, exigente e com riscos, que tem vindo a ser cumprida com êxito. Não existem pagamentos em atraso acima de 90 dias e reduziu-se em 10% a dívida, nos termos do que é exigido pela Lei das Finanças Locais, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental. Relativamente aos compromissos assumidos com o PAEL conseguiu-se muito mais receita do que aquela que estava pensada, mais 4 milhões de euros e a despesa é menor, valores estes sem contar com os financiamentos comunitários. A questão das Águas do Zêzere e Côa seja qual for o seu resultado levará sempre a que o município se repositone e que tenha de fazer uma reestruturação.

Rogério Hilário – Num contexto difícil, a câmara municipal não só tem cumprido como tem sido capaz de encontrar meios de prevenção para o futuro. Uma execução de 88% num momento economicamente difícil deve ser realçada positivamente e com o recebimento das verbas relativas aos fundos comunitários estaria muito próximo da base zero, estando o orçamentado e o real muito próximos, porque existem ferramentas que neste contexto conseguem aproximar a previsão anual da realidade. Destacou também que o passivo está todo refletido, devendo-se às Águas de Lisboa e Vale do Tejo (anterior A.Z.C.) e depois iremos dever ao Banco. Apesar de tudo existe um acréscimo de 6%, porque existiu também a capacidade de reduzir as despesas correntes. Muita da despesa corrente passa a despesa de capital, ou seja investimento que se traduz na criação de infraestruturas, na formação de quadros, na aplicação do marketing territorial. A redução dos custos financeiros é uma realidade, principalmente com o trabalho efetuado com os bancos na redução dos juros contratuais. Ainda existe margem para trabalhar este aspeto, já que existem oportunidades no mercado que devem ser aproveitadas. A câmara está a investir a pensar nas pessoas, na qualificação, no bem-estar, no rendimento, na capacidade de atrair empresas e criar emprego. Disse também que gostava de ver as críticas feitas ao orçamento a ser trabalhadas e comentadas pelos mesmos, num sentido contrário, reconhecendo o bom trabalho do executivo, já que os resultados estão bem à vista. Embora o lucro não seja o mais importante numa autarquia, deve salientar-se o resultado positivo e ninguém deve ficar envergonhado por isso. Temos tendência para falar mais das coisas negativas do que das positivas, mesmo que as más corresponde a apenas 5% dos resultados finais. No concelho do Fundão algumas pessoas utilizam esses 5% de coisas menos positivas com bandeira e parangona e esquecem-se das 95% de coisas positivas.

Conceição Martins – Verifica-se que as receitas de capital estão 59% abaixo do esperado, bem como as receitas correntes que também tiveram um desvio abaixo do previsto. Os impostos diretos sobem 6,3% e é a segunda rubrica mais importante, com mais de 4 milhões de euros, demonstrando isto que ficou mais caro morar no Fundão. Os impostos indiretos reduzem 2,4% e são estes que demonstram a atividade económica de um concelho, dizem-nos estes números que a fórmula utilizada parece não estar a funcionar, traduzindo uma diminuição na atividade económica, querendo isto dizer que produzimos menos riqueza. Perguntou o que se pensava vender em 2015 que não se conseguiu devido a questões jurídico/administrativas. Nas despesas correntes verifica-se que dos 15 milhões, mais ou menos 6 milhões são relativos a gastos com pessoal, bem como um valor aproximado na aquisição de serviços, onde presume que muitas avenças estão incluídas., o que significa que cerca de 12 milhões de euros estão colocados nestas duas rubricas, restando 3 milhões para a restante atividade. Todos sabem o passivo e a dívida da câmara municipal que é bastante grave, mas mesmo assim a dívida de curto prazo ainda cresceu mais em 23%, representando 9,5 milhões a fornecedores, esperando que não existam muitos com sede no nosso concelho. Tudo isto vem dar razão ao PS, demonstrando a deficitária saúde financeira da câmara municipal que se tornou mais grave porque entrou no domínio da cronicidade, sendo por isso mais difícil o retorno à normalidade. Mais grave ainda é quando um determinado valor relativo à AZC deixa de ser um passivo relativo á dívida com aquela entidade e passa para a demonstração de resultados como uma receita extraordinária, não se entende. Independentemente do que nos digam não existe nenhum documento que legitime esta operação, porque o que está apresentado está no condicional. Cada vez é mais difícil fazer face aos compromissos financeiros da câmara do Fundão e não faltará muito tempo em que existam dificuldades para pagar os vencimentos aos funcionários. O ponto 9 do relatório do ROC diz que o executivo não está a cumprir no que diz respeito à dívida total.

Luís Lourenço – Disse que este tipo de documentos devia chegar com mais tempo às mãos dos membros da assembleia municipal, para se poder fazer uma análise mais detalhada dos números. A execução orçamental de 88% pode ser considerado bom, mas porque antigamente tínhamos orçamentos inflacionados. As críticas são feitas às opções e não por se tratar de um orçamento mais realista. Houve alguém que colocou este município numa situação financeira muito má e este executivo está a tentar sair desta situação, embora alguns responsáveis deste município também o tenham sido

anteriormente e deixaram que se chegasse a esta situação. As receitas correntes são 22 milhões, mas de capital são só 4 milhões, o que é muito mau. As despesas correntes são 15 milhões e de capital são 12 milhões, o que pode ser considerado um pouco melhor. A execução de receitas de capital é apenas de 53% o que pode ser considerado muito baixo e a realidade mostra-nos que o investimento foi de 5,7 milhões o que representa apenas 21% do que foi gasto, sendo equivalente por exemplo ao valor gasto com a aquisição de serviços, valor este que gostava de ter tido mais tempo para analisar exatamente do que estamos a falar. O endividamento diminuiu 4,7 milhões mas continua muito grande. O endividamento de curto prazo aumentou 1,8 milhões ou seja 23%. Relativamente ao PAEL são-nos apresentados dados de evolução da dívida, que por si não dão a garantia, se essa projeção for bem feita, que as coisas vão melhorar substancialmente de forma a nos permitirem uma folga para que possamos voltar ao investimento que hoje ainda não existe.

Carlos São Martinho – Cumprimentou todos os presentes e afirmou que ficou bem patente a dificuldade do PS em arranjar argumentos para criticar estas contas, indo inclusive pelo pior caminho, já que em qualquer lado o aumento de impostos indiretos significa também um aumento da atividade económica, doa a quem doer. Relativamente à questão da AZC o revisor oficial de contas socorreu-se da conta corrente que solicita todos os anos a todos os fornecedores da câmara municipal e se essa conta contempla a negociação já feita com a câmara municipal, significa que ainda estamos numa posição mais vantajosa do que aquela que o município eventualmente iria colocar nas contas, assim, as críticas do PS resumem-se a nada. Ao membro Luís Lourenço respondeu que a taxa de execução é de 88% ou 92% se considerarmos o orçamento inicial, sendo certo que as receitas correntes ao contrário do que aqui foi dito, atingiram o pleno, os 99%. As receitas de capital são de 53%, mas todos nos lembramos que o Senhor Presidente da Câmara nos disse em dezembro de 2015, que provavelmente ainda iria receber até final do ano os 2 milhões de euros de fundos comunitários já aprovados. A ser assim as receitas de capital passariam para os 82% e se acham que estes números não são uma boa execução, então digam o que será. Destacou também que as receitas de capital aumentaram 44% no final de um quadro comunitário, num período de transição entre dois quadros comunitários, o que não é nada fácil. O investimento aumentou 45%, mais 1,8 milhões, o que se pode considerar de relevante. Assim como também o é o facto de termos uma diminuição líquida da dívida de 4,8 milhões. O cumprimento da regra do

limite da dívida desceu 10,34 %, cumpriu-se a regra de equilíbrio orçamental e fez-se jus ao cumprimento do plano de ajustamento financeiro. O resultado líquido de 3,8 milhões positivos é um número que ultrapassa em muito as expectativas, inclusive do executivo. Espera também que o resultado do investimento nos objetivos definidos pela câmara (inovação, investimento e emprego) esteja dentro de poucos anos a ser sentido positivamente na nossa sociedade, porque isso vai significar que os investimentos que a câmara está a fazer nesse sentido, irão ser reconhecidos por toda a população.

Jean Barroca – Disse que as contas revelam que o valor dos impostos cobrados pela câmara aumentou sem que os impostos tenham sido aumentados e congratulou-se com esta apresentação de contas devido a um ponto fundamental, já que as 400 páginas permitem ver com clareza e transparência as contas do nosso município e que essa transparência é a base do debate democrático, a base da discussão que se está a fazer. É verdade que já houve orçamentos mais expansionistas, é verdade que se trata de um orçamento com um superavit para pagar a dívida, mas é também um sinal do estado a que chegamos e em que os fundanenses se pronunciaram e aceitaram e ao qual decidiram dar confiança.

Luís Lourenço – Disse que sabe fazer contas e o que são rácios e a grande questão é que não criticou percentagens mas chamou a atenção para o que estava no denominador. Quando se fala em crescimento é evidente que ele existiu, mas continua a achar que o mesmo é extraordinariamente baixo devido à situação financeira que a câmara tem. Continua com muitas dúvidas que a prática do atual executivo seja a ideal para colocar as coisas no devido caminho.

Liliana Reis – Cumprimentou todos os presentes e afirmou que mesmo não sendo as contas desejadas são as possíveis. Tratam-se dos documentos mais bem desenhados e transparentes que alguma vez viu em contas, sendo a execução orçamental notável. Informou de seguida que a esquerda rejeitou hoje na assembleia da república o plano de estabilidade a nível nacional e que em termos do uso do português a intervenção do membro Conceição Martins deixou muito a desejar, já que a utilização do condicional no seu discurso é uma evidencia e a utilização do pronome possessivo constantemente (a minha ...) e depois terminar dizendo que é a posição do PS não é uma forma correta de dizer as coisas porque não se entende se a posição é pessoal ou do grupo do PS.

Conceição Martins – Disse não aceitar o que a sua antecessora acabou de pronunciar até porque foi a única pessoa na assembleia municipal que quis ser tratada como Professora Doutora por extenso.

Presidente da Câmara – Disse que para se entender melhor a questão dos impostos indiretos cobrados, cento e poucos mil euros, mas os impostos diretos atingiram milhões de euros. A câmara municipal tem criado regulamentos que criem isenções e incentivos à criação de empresas e empregos, o que tudo somado iria aumentar também muito os impostos indiretos. Quanto às prestações de serviços informou que a câmara municipal também diminuiu os custos neste capítulo em 2,6%, o que demonstra no mínimo uma trajetória de estabilização. Nas prestações de serviços estão incluídas as lâmpadas acesas na sala e nas ruas, sendo a componente elétrica a maior fatura, que mesmo assim tem vindo a diminuir em termos de consumo, mantendo mesmo assim custos muito elevados. Inclui também a rede de transportes, lixo, saneamento, ou seja o grosso dos custos/despesas correntes de um território com 700 quilómetros quadrados e 60 localidades. É verdade que temos uma boa execução e que cerca de cinco milhões de euros investimento, na sua opinião é muito bom, pelo que solicitava aos Senhores Membros da Assembleia para fazerem o favor de verificar nos últimos 15 anos quantas vezes foi superado em investimento os 5 milhões. Disse ainda que fez parte com muita honra dos anteriores executivos e que sabe muito bem o que foi o esforço efetuado para recuperar do ponto de vista das infraestruturas o nosso concelho, um atraso gritante em comparação com os municípios urbanos à nossa volta. Essa situação criou uma pressão complexa do ponto de vista das nossas contas e há 4 anos quando assumiu a presidência da câmara referiu estas questões com clareza e que iria procurar encontrar todos os mecanismos necessários, dentro de um plano de consolidação financeira, para fazer a redução do tal serviço da dívida. Continuará nessa linha e procurará que os 7,4 milhões de euros anuais destinados ao serviço da dívida possam vir a diminuir. Mesmo que isso lhe possa trazer algum retorno negativo do ponto de vista político, todas as oportunidades que possam reduzir o serviço da dívida serão assumidas de forma responsável.

Presidente da Mesa – Relativamente ao tempo para apreciação de um documento tão extenso como este disse que a Mesa tem estado sistematicamente a procurar melhorar os

tempos de distribuição dos documentos e que com a boa colaboração da câmara municipal esse tempo tem vindo a ser melhorado, embora se possa sempre fazer algo mais.

Não havendo mais intervenções sobre este assunto, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação e foi aprovado por maioria e por minuta com 25 votos a favor e 7 votos contra.

O Membro Conceição Martins apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como Anexo 2.

3. Apreciação e votação da Proposta – “1ª Revisão Orçamental.”, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Não houve interessados em usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que o Senhor Presidente colocou o documento a votação e foi aprovado por maioria e por minuta com 30 votos a favor e 2 abstenções.

4. Apreciação e votação da Proposta “ Apresentação de novas taxas de juros para empréstimo de saneamento e PAEL”, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Não houve interessados em usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que o Senhor Presidente colocou o documento a votação e foi aprovado por unanimidade e por minuta.

5. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – Aldeia do Xisto – Janeiro de Cima”; nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Não houve interessados em usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que o Senhor Presidente colocou o documento a votação e foi aprovado por unanimidade e por minuta.

6. Apreciação e votação da Proposta – Aprovação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – Aldeia do Xisto – Barroca e substituição do Anexo I do Regulamento das Aldeias do Xisto”; nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

Não houve interessados em usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, pelo que o Senhor Presidente colocou o documento a votação e foi aprovado por unanimidade e por minuta.

7. Apreciação e votação da Proposta de autorização prévia da empreitada ”Obras de alteração da rede de escolas do concelho do Fundão”, nos termos do disposto no art.º 10 da Lei nº 43/2012 de 28 de agosto

Presidente da Câmara – Informou tratar-se de uma alteração legislativa cruzada com a Lei das Finanças Locais e com questões do orçamento de Estado para 2016, em que investimentos com valor superior a 500 mil euros carecem de autorização da assembleia municipal, estando por isso aqui hoje este documento. O procedimento de concurso já está a decorrer mas nunca seria adjudicado sem a prévia autorização da assembleia municipal. O financiamento da obra atinge os 85% e inscreve-se naquilo que são as verbas que o município conseguiu para a requalificação do parque escolar, ou seja parte de 3 milhões de euros alcançados. Também existe 1 milhão de euros destinados ao combate ao insucesso escolar onde se inscrevem algumas ações hoje já mencionadas.

Luís Lourenço – Informou que para entender este documento foi necessário chegar à página 300, querendo com isto dizer que o mesmo continha informação desnecessária, que a sua apresentação deveria ter sido melhorada. Disse ainda que, quando o grupo da CDU fez um pedido de informação à câmara sobre a situação das escolas, mais valia ter sido dado conhecimento de parte deste documento do que a resposta que foi dada.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade e por minuta.

8. Apreciação e votação da Proposta – “Origens Lendárias Atividades Hoteleiras, SA. - Declaração de Interesse Municipal”; nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 33 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

Presidente da Câmara – Disse que ia falar deste ponto e dos outros processos idênticos a discutir nos pontos seguintes da ordem de trabalhos, uma vez que são idênticos. Neste ponto concreto trata-se da empresa promotora da “Casa da Cerca” nos Chãos – Donas, que está num projeto de expansão e é também promotora da construção de um hotel de 4 estrelas na Quinta do Convento – Fundão, cujo financiamento foi aprovado há pouco tempo, dentro do atual quadro comunitário 2020, com um valor de 3 milhões de euros. O projeto está aprovado, já existem pareceres de todas as entidades, inclusive das ligadas ao património cultural, pelo que as obras vão começar rapidamente. Esta declaração como já explicou noutros casos, prende-se também com alguma discriminação fiscal e ajuda a complementar os financiamentos que as entidades conseguem alcançar. Relativamente ao ECOGLAMPING, também existe uma ideia de expansão e a declaração é importante para ajudar nesse plano, sempre e quando estejam cumpridos todos os requisitos de salvaguarda dos bens naturais da Serra da Gardunha. Sobre o ponto 10 (Carlos Alberto Tavares Russo) é um investimento na União de Freguesias do Fundão, mais concretamente entre Peroviseu e Carvalhal, onde se pretende construir um restaurante, um espaço de turismo em espaço rural. Os pareceres vão ser solicitados e a declaração pretende ajudar a desbloquear algumas situações, cumprindo-se sempre os requisitos associados e após a leitura efetuada pelos técnicos da câmara municipal. Quanto ao ponto 11 da ordem de trabalhos trata-se de uma empresa que já tinha a declaração mas que entretanto mudou de nome, estando a solicitar para o mesmo edifício, para o mesmo investimento e mesmo local nova declaração. Trata-se de uma regularização aproveitada pela empresa perante a nova legislação em vigor, mas cumprindo-se sempre os quadros legais e ouvindo-se as entidades competentes.

Presidente da Mesa – Reiterou que o Senhor Presidente da Câmara fez a introdução dos pontos 8 a 11 da ordem de trabalhos, pelo que face à sua similaridade, vão ser submetidos a debate ao mesmo tempo, sendo depois votados de forma separada.

Conceição Martins – Afirmou que têm aqui vindo muitos pedidos destes ultimamente pelo que seria importante monitorizar a criação de emprego, pelo que seria bom que a

câmara municipal indicasse quantos postos de trabalho foram criados pelas empresas que solicitaram este tipo de declaração durante este mandato.

Presidente da Câmara – Relativamente à questão do emprego informou que estamos com cerca de 500 postos de trabalho criados diretamente com aquilo que foram as empresas que solicitaram a declaração de interesse municipal no nosso concelho. Deu também conta que metade destes postos de trabalho são altamente qualificados e que a região vai continuar a perder população, mas nos próximos tempos se verá a evolução da população ativa e como é que se vai rejuvenescendo ou não, relativamente àquilo que é a entrada no mercado de trabalho.

Não havendo mais intervenções sobre este assunto foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade e por minuta.

9. Apreciação e votação da Proposta – “Sociedade Eco Glamping Gardunha, Lda. – Declaração de interesse municipal”; nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Após a discussão entretanto efetuada o Senhor Presidente da Mesa colocou este documento a votação e foi aprovado por unanimidade e por minuta.

10. Apreciação e votação da Proposta – “Carlos Alberto Tavares Russo - Declaração de Interesse Municipal”, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Após a discussão entretanto efetuada o Senhor Presidente da Mesa colocou este documento a votação e foi aprovado por unanimidade e por minuta.

11. Apreciação e votação da Proposta – “José António da Trindade Abrantes - Declaração de Interesse Municipal - cessão de posição”, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Após a discussão entretanto efetuada o Senhor Presidente da Mesa colocou este documento a votação e foi aprovado por unanimidade e por minuta.

Propostas para Apreciação /Discussão Pública:

12. Apreciação da Proposta - “Aprovação do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género

Ninguém usou da palavra sobre este assunto pelo que o mesmo foi considerado apreciada.

13. Apreciação da Proposta – VIVERFUNDÃO – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais para o Concelho do Fundão – E.M. – aprovação do Relatório e Contas respeitante ao ano de 2015;

Conceição Martins – Começou por questionar a venda de serviços da empresa de 2014 para 2015, perguntando quais foram os serviços efetuados de um ano para o outro, ou que passaram a ser feitos e não se faziam, para aumentar de 80.000 € para 150.000 € os serviços prestados. Perguntou também qual é o processo judicial pendente relativo ao pagamento de IVA no valor de 150.400 €, se terá de se pagar esta verba no caso de se perder o processo judicial. Por outro lado o próprio ROC apresenta reservas sérias, já que cerca de 800.000 Euros não estão vertidos nas contas, sabendo-se que o mesmo valor se relaciona com as rendas da escola profissional do Fundão. Trata-se de um problema sem fim à vista e se fosse colocado nas contas, como devia ser, a empresa Viver Fundão tinha de encerrar porque iria apresentar um resultado negativo Como a câmara municipal é a única acionista da empresa municipal implica que o valor da dívida aumenta em 5 a 6 milhões de euros e sabe-se que no PAEL essas dívidas não foram contempladas. A situação financeira desta empresa ano após ano é cada vez mais preocupante.

Presidente da Câmara – Começou por afirmar que as contas com a empresa Viver Fundão já estão consolidadas há 2 anos e que em 2012 o endividamento já contemplava a empresa municipal Viver Fundão, o que significa que do ponto de vista do quadro financeiro não existe qualquer novidade ao nível da execução anual e muito menos na questão total da dívida do grupo municipal. A empresa municipal cumpre todos os requisitos de ser uma empresa autónoma em termos financeiros e tem resultados

positivos, pelo que em termos legais pode continuar a funcionar. Relativamente aos resultados o seu aumento no essencial prende-se com o facto de ser a estrutura do grupo, que contempla o merchandising do município e que complementa também as campanhas da cereja e alguns novos produtos lançados pelo município. Sobre a questão levantada pelo ROC e que tem a ver com as rendas da escola profissional do Fundão, existe uma situação complexa que carece de solução, mas ainda não estão reunidos todos os dados para se conseguir a solução consensual entre todas as entidades envolvidas no processo, tendo em conta o que é o interesse público e social e relevância que o ensino profissional representa no nosso concelho. Vê com muita preocupação alguns sinais que relevam a oferta pública a entidades privadas, sinais de desvalorização desse ensino que tem consequências no financiamento por turmas ou por aluno, relativamente a essas ofertas públicas de ensino que hoje estão debaixo de fogo. Mas tudo fará para que relativamente ao dossier escola profissional do Fundão, dossier academia de música e dança e ao dossier Externato de Alpedrinha, no que toca à valorização pública do que são aquelas ofertas e tendo em vista a sua importância para a nossa comunidade, exista entre todos nós um pacto de valorização destas três ofertas de escola. Na escola profissional existe uma dificuldade em que se vão tentar encontrar soluções e muitas vezes torna-se necessário ganhar tempo, o que está a acontecer. Na defesa da escola profissional temos estado muitas vezes no limiar de pisar o risco, mas prefere que assim seja e dar tempo para encontrar as soluções precisas.

Carlos São Martinho – Veio para lembrar que em 22-12-2005 foi assinado um protocolo entre a câmara municipal do Fundão e a escola profissional do Fundão em que a câmara se comprometia ao pagamento de 3,3 milhões de euros de forma faseada. Passados 2 anos este protocolo foi rescindido entre as entidades envolvidas porque se encontrou uma forma de a escola profissional se auto financiar pagando a renda, o que ocorreu durante 4 ou 5 anos. Acontece que as regras em 2009 mudaram, deixando de ser elegíveis as rendas, pelo que a escola profissional do Fundão esgotou a sua capacidade financeira e deixou de poder cumprir uma coisa que inicialmente não estava sequer obrigada a fazer, o pagamento das rendas. As dificuldades financeiras advêm do facto de se tentar cumprir para além do que racionalmente era possível e depois também devido às efetuadas ao modelo de financiamento que vieram colocar em risco a sobrevivência da própria escola, da academia e do colégio de Alpedrinha. Aqui chegados devemos primeiro tentar perceber se a escola é ou não importante para o

concelho do Fundão. A EPF já formou 4000 profissionais que colocou no mercado de trabalho nacional e internacional. Também cria emprego já que ali exercem a sua profissão cerca de 40 trabalhadores. Em 2009 o financiamento por turma passou de 120.000 € por turma para cerca de 80/85 mil euros, o que colocou em causa muitos dos colégios privados. Com sangue, suor e lágrimas a EPF tem conseguido sobreviver e se em 2005 o protocolo com a câmara fosse reativado não e tinha chegado a esta dívida. Estamos no órgão que deve ajudar a resolver o problema político que já tinha sido assumido em 2005 e que pela mudança das regras nos levou ao estado em que está hoje. Não estamos perante um assunto fácil mas trata-se de um problema de todos, do executivo, da EPF, desta assembleia municipal e do concelho do Fundão e deve ser resolvido com a colaboração de todos sem exceção, de forma a que não doa muito a ninguém.

Eduardo Saraiva – Considerou o apelo do Sr. Presidente da Câmara de fundamental e relembrou mais uma vez o “partido do Fundão”, ou seja deve ser feito um esforço coletivo e solidário de todas as forças políticas e outras na resolução desta questão muito difícil.

Não havendo mais intervenções foi o assunto considerado apreciado.

14. Apreciação da Proposta “Declaração do artigo 15º. Da LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamento em Atraso”.

Ninguém usou da palavra sobre este assunto pelo que o mesmo foi considerado apreciada.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.20 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____

VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2. Apreciação e votação da **Proposta – “Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2015”**, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro – **Aprovado por maioria com 25 votos a favor e 7 votos contra dos membros Conceição Martins, Sandra Raposo, Marina Nascimento, Carlos Morgadinho, João Gonçalves, Luís Lourenço e Guilherme Freches.**

3. Apreciação e votação da **Proposta – “1ª Revisão Orçamental.”**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por maioria com 30 votos a favor e 2 abstenções dos membros Luís Lourenço e Guilherme Freches.**

4. Apreciação e votação da **Proposta “ Apresentação de novas taxas de juros para empréstimo de saneamento e PAEL”**, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por unanimidade**

5. Apreciação e votação da **Proposta – “Aprovação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – Aldeia do Xisto – Janeiro de Cima”**; nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – **Aprovada por unanimidade**

6. Apreciação e votação da **Proposta – Aprovação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – Aldeia do Xisto – Barroca e substituição do Anexo I do Regulamento das Aldeias do Xisto”**; nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - **Aprovada por unanimidade**

7. Apreciação e votação da **Proposta de autorização prévia da empreitada “Obras de alteração da rede de escolas do concelho do Fundão”**, nos termos do disposto no art.º 10 da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto – **Aprovada por unanimidade**

8. Apreciação e votação da **Proposta – “Origens Lendárias Atividades Hoteleiras, SA. - Declaração de Interesse Municipal”**; nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - **Aprovada por unanimidade**

9. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Sociedade Eco Glamping Gardunha, Lda. – Declaração de interesse municipal**”; *nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro* – **Aprovada por unanimidade**

10. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Carlos Alberto Tavares Russo - Declaração de Interesse Municipal**”, *nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro* – **Aprovada por unanimidade**

11. Apreciação e votação da **Proposta** – “**José António da Trindade Abrantes - Declaração de Interesse Municipal - cessão de posição**”, *nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro* – **Aprovada por unanimidade**

Propostas para Apreciação /Discussão Pública:

12. Apreciação da **Proposta** - “**Aprovação do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género**” – **Apreciada por todos os membros presentes**

13. Apreciação da **Proposta** – **VIVERFUNDÃO – Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais para o Concelho do Fundão – E.M.** – **aprovação do Relatório e Contas respeitante ao ano de 2015**” – **Apreciada por todos os membros presentes**

14. Apreciação da **Proposta** “**Declaração do artigo 15.º. Da LCPA (Lei dos Compromissos e dos Pagamento em Atraso)**” – **Apreciada por todos os membros presentes**

FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Comissão Presidente - Anup

Após mais um mês de trabalho,
o trabalho após a reunião da Assembleia
Municipal de Fundos, a qual nos trouxe muita
luz e afetividade e também muitas notícias. Por
isso, foi transmitida a toda a comissão

da Assembleia a minha profunda
gradidão.

Com a melhor vontade e mais afeto
em cumprimentos

Anta P. de S.

Recalado de A.M
29.04.16

ANEXO 2

PARTIDO SOCIALISTA
(CONCEIÇÃO MARTINS)

29/04/2016

Declaração de voto

Da análise da demonstração de contas de 2015 do município e dos esclarecimentos prestados no âmbito da apresentação/discussão da conta de gerência de 2015, nomeadamente no que respeita a falta de documentação entre os envolvidos que sustente a decisão de anulação das provisões criadas no âmbito das dívida á empresa ALVT antiga AdZC.

Tendo o PS serias dúvidas quanto a operação realizada em que se converte um passivo em receita extraordinária na demonstração de resultados.

A bancada do PS vota contra:

- Por Considerar que não está garantida a sustentação do exercício feito;
- Por considerar que uma dívida total 3,62vezes a média das receitas correntes líquidas cobradas nos últimos 3 anos, inviabiliza o futuro do Município
- Para se dissociar de uma modelo de governação assente numa estratégia de propaganda política que nos está a empobrecer , como já descrevemos.